

MEMÓRIAS DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLIII

**Eventuais efeitos da crise europeia
no quadro geopolítico europeu**

JOSÉ ALBERTO LOUREIRO DOS SANTOS†



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2022

Eventuais efeitos da crise europeia no quadro geopolítico europeu

JOSÉ ALBERTO LOUREIRO DOS SANTOS†

1. INTRODUÇÃO

Na Europa apenas existem dois atores políticos significativos em termos de poder: a Rússia, cuja massa crítica nos permite dizer que se encontra no primeiro nível mundial, e a Alemanha, localizada num segundo nível, mas que, aparentemente, deseja transitar para o primeiro, dadas certas circunstâncias objetivas (não se sabe se intencionais) suscetíveis de a catapultarem. Qualquer destes dois Estados tem condições para produzir efeitos muito significativos no atual quadro geopolítico europeu.

Dos restantes Estados europeus nenhum aparece como capaz de o conseguir num futuro previsível, já que são meros sobreviventes ou estão posicionados num segundo patamar de poder global, como são os casos do Reino Unido e da França, embora sejam membros permanentes do Conselho de Segurança como consequência da configuração da ordem internacional institucional (não da ordem internacional de facto) consequente à Segunda Guerra Mundial. Contudo, estes países apresentam-se como atores de enorme importância nas manobras que outros resolvam empreender no sentido de modificarem a seu favor o quadro geopolítico europeu atual.

Os Estados Unidos, se bem que sejam uma potência extraeuropeia do ponto de vista geográfico, podem considerar-se como europeia em termos geopolíticos. Sendo claramente uma ilha de poder global, aquela que muitos designam como “a potência indispensável”, e agindo no domínio das relações internacionais como “potência diretora”, estão em condições de interferir significativamente no desenho geopolítico europeu, aliás, tal como o têm feito desde a Primeira Guerra Mundial.

Portanto, poderemos afirmar que existem três grandes potências, a Rússia, a Alemanha e os Estados Unidos, cujos objetivos poderão ser condicionados por

fortes motivações resultantes da sua situação no âmbito do e perante o atual quadro geopolítico europeu. Ou seja, têm interesses geopolíticos (geoestratégicos) próprios que os podem aconselhar, ou mesmo determinar, a empreender certas linhas de ação política (estratégica), com a finalidade de alcançarem objetivos que considerem vitais ou essenciais.

2. RÚSSIA

Todas as decisões políticas e consequentes linhas de ação estratégicas da Rússia sempre revelaram uma vulnerabilidade geopolítica de grande expressão que viria a condicionar muitas das suas mais importantes iniciativas políticas e estratégicas – não tem fronteiras apoiadas em obstáculos geográficos significativos. E também não aparecem obstáculos que possam constituir linhas de defesa consistentes, ao longo dos dois corredores de invasão para o coração russo que saem do centro do continente europeu, um a Norte, e outro a Sul dos pântanos de Pripet (sensivelmente ao longo da fronteira entre a Ucrânia e a Bielorrússia), com o segundo a dividir-se em dois, um dos quais leva ao Mar Negro. No próprio espaço envolvente do “coração” do Estado russo centrado em Moscovo não existem condições geográficas para deter um invasor. Os poucos que existem são descontínuos e/ou contornáveis, tanto a Leste como a Oeste.

Nestas condições, e no que concerne aos efeitos que poderão repercutir-se no quadro geopolítico europeu, um dos principais interesses geopolíticos da Rússia tem a ver com a procura de fronteiras geograficamente defensáveis o mais longe possível do seu núcleo de poder. O que significa a necessidade de se apoiar nas linhas de defesa que as montanhas dos Cárpatos propiciam, que começam a partir da fronteira Sul da Polónia e continuam pela República Checa, Eslováquia, Hungria, Roménia; controlar o terreno montanhoso dos Balcãs que dominam os acessos ao Mar Negro; e também em manter o domínio das montanhas que definem a linha de defesa do Cáucaso. Portanto, controlar os Estados onde elas se situam, além das planícies transitáveis dos territórios da Polónia, Bielorrússia, Ucrânia e bacia do Danúbio (Roménia e Bulgária) por onde passam os corredores de aproximação de eventuais forças inimigas.

O mapa da Europa apresentado a seguir mostra que os países do Pacto de Varsóvia, liderados pela União Soviética, a que o Ocidente chamava “países satélites”, se localizavam nos espaços geográficos cujo controlo resultava das exigências geopolíticas russas que indiquei.

Outro interesse geopolítico relevante do Estado russo resulta do facto de, na sua fachada europeia, não ter acesso direto aos mares quentes durante todo o ano, a não ser pelos “canais” ou “ferrolhos navais” do Mar Báltico/Mar do Norte e Mar Negro/Mediterrâneo, pelo que depende das posições políticas e estratégicas dos países que os controlam. É o caso dos países bálticos, da Noruega, Suécia e da Dinamarca, a Nordeste, e dos estreitos que ligam o Mar Negro ao Mediterrâneo e do Estreito de Gibraltar.

Isto significa que, num eventual conflito, necessitará de desencadear operações com essa finalidade, conforme previa fazer durante a Guerra Fria, se ela passasse a guerra quente.

3. ALEMANHA

A Alemanha, tal como a conhecemos atualmente, embora com as fronteiras modificadas como resultado da Segunda Guerra Mundial com maior expressão na fronteira Leste com a Polónia, pode considerar-se herdeira do Sacro Império Romano-Germânico fundado no ano de 962, que acabou formalmente em 1806 com o último sacro imperador romano-germânico Francisco II, depois da vitória de Napoleão no ano anterior, na batalha de Austerlitz, embora já tivesse terminado de facto muito antes.

E ainda se aproxima do império Alemão (Segundo *Reich*) fundado em 1871, como resultado da unificação dos principados alemães reunidos, em 1867, na Confederação da Alemanha do Norte sob a liderança da Prússia, que lhe deu origem.

Bismarck, chanceler da Prússia, desempenhou um papel essencial neste importante acontecimento para a Europa, pois foi o seu grande impulsionador a partir da criação do *Zollverein* – espaço económico comum alemão –, cuja evolução abriu caminho à “Grande Alemanha”.

O poderoso Estado alemão surgido com aquela unificação de principados tem mostrado grande dificuldade em se acomodar aos restantes países europeus,

o que originou, além da Guerra Franco-Prussiana, ainda no século XIX, a Primeira e a Segunda Guerra Mundial.

Finda a Segunda Guerra Mundial, a Alemanha foi dividida em quatro partes entre os aliados vencedores (EUA, Inglaterra, França e União Soviética), que vieram a constituir a República Federal Alemã (RFA – conjunto das parcelas dos países ocidentais) e a República Democrática Alemã (RDA – parcela soviética).

Com o fim da Guerra Fria, as duas “Alemanhas” reunificam-se contra a vontade dos líderes francês e britânico, mas com a aprovação dos EUA, o que fez regressar a “Grande Alemanha”, que ingressa na Comunidade Económica Europeia, a que a RFA já pertencia.

Será que a reunificação alemã voltará a colocar a Europa perante aquele que já tinha sido o seu grande problema estratégico, cuja solução se pensou estar encontrada com a União Europeia? Veremos...

Desde o Segundo *Reich*, os procedimentos políticos e estratégicos alemães revelam uma vulnerabilidade idêntica à principal vulnerabilidade russa – não possuir fronteiras cuja defesa pudesse ser apoiada em acidentes de terreno que a potenciem significativamente. Esta vulnerabilidade pode ser uma explicação de natureza geopolítica (geoestratégica) para as duas guerras (primeira e segunda), uma vez que de uma hipotética vitória alemã resultaria o controlo por Berlim das costas marítimas do velho continente, que seriam fronteiras defensáveis a Oeste e a Sul.

Ela também se traduz, a Leste e Sudeste, no interesse geopolítico (geoestratégico) de controlar os principais países situados nos corredores de aproximação da e para a Rússia, tanto no que se situa a Norte dos pântanos de Pripet, onde precisa de dominar os territórios planos da Polónia e da Bielorrússia, como os que se localizam a Sul, particularmente a linha de defesa dos Cárpatos que os percorrem, na República Checa, Eslováquia, Hungria e Roménia, assim como o território plano da Ucrânia.

A Sul e a Ocidente, como atrás dissemos, o interesse geopolítico (geoestratégico) alemão exige que tenha o controlo das costas marítimas europeias, barrando eventuais desembarques de potenciais inimigos.

Outra vulnerabilidade da Alemanha é o facto de ter o acesso facilmente controlado por potências marítimas adversas ao oceano Atlântico, pois que terá de passar pela “área marítima confinada” pela Noruega a Leste, e o Reino Unido a

Oeste, que liga o Mar do Norte ao Atlântico, o que tem como consequência o interesse alemão de controlar principalmente a Noruega, que se mostrou como preocupação estratégica durante a Segunda Guerra Mundial, mas também a Dinamarca.

É claro que a lógica destes interesses geopolíticos se prolonga na necessidade de controlar todo o *Rimland* europeu, o que inclui os territórios arquipelágicos que dele fazem parte, como o Reino Unido, os Açores, a Madeira, o Chipre e Malta, além da região dos Balcãs e dos estreitos turcos.

4. EVENTUAL EIXO RUSSO-GERMÂNICO

Na história da Europa houve duas situações em que a Rússia e a Alemanha entenderam que os seus interesses mútuos aconselhavam uma aliança entre os dois países, constituindo assim um eixo de natureza continental suficientemente robusto para desafiar a potência marítima dominante ou uma aliança entre potências marítimas.

A primeira deu origem ao Tratado de Rapallo, assinado em Abril de 1922 entre a Alemanha (República de Weimar) e a Rússia soviética, que, mais tarde, seria alargado à Ucrânia, Bielorrússia, Geórgia, Azerbaijão, Arménia e República do Extremo Oriente. Um anexo secreto seria assinado em Julho, permitindo à Alemanha treinar as forças militares em território russo (violando assim o Tratado de Versalhes). Este pacto serviria para armar os alemães, contrariamente ao que fora determinado pelos vencedores da Primeira Grande Guerra, e o anexo seria reforçado pelo Tratado de Berlim em 1926 (comprometendo-se em manter a neutralidade no caso de um ataque de um deles contra outro Estado) e terminaria em 1933, com a ascensão de Hitler ao poder, vigorando, portanto, durante 11 anos.

Mais tarde, em Agosto de 1939, foi assinado entre as duas potências o Pacto Molotov-Ribentrop, pelo qual eram estabelecidas estreitas relações comerciais (petróleo soviético e trigo da Ucrânia em troca de equipamento militar alemão e de ouro) e a garantia mútua de nenhuma das potências apoiar os inimigos da outra ou invadir os respetivos territórios; a URSS não reagiria a um ataque alemão à Polónia, e a Alemanha apoiaria uma invasão soviética à Finlândia, entre outros assuntos.

Dois protocolos secretos estabeleciam a partilha dos territórios da Europa de Leste (Estados Bálticos e vastas zonas da Roménia e da Bulgária) em zonas de influência, e o desaparecimento da Polónia, sendo o seu território dividido entre as duas potências.

Este Pacto manteve-se até 22 de Junho de 1941, altura em que Hitler invadiu o território soviético sem aviso prévio.

5. ESTADOS UNIDOS

Os Estados Unidos têm como objetivo nacional permanente criar condições para que não se venha a desenvolver em qualquer parte do mundo um ator (Estado ou coligação de Estados) suficientemente poderoso para colocar em causa a sua posição dominante na ordem internacional. O domínio dos espaços que poderão ser utilizados como eixos de aproximação aos EUA é considerado vital (sejam eles o espaço de operações terrestre, aéreo, marítimo, espacial ou ciberespacial).

Tanto a Primeira como a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria geraram situações que poderiam conduzir ao desenvolvimento no espaço europeu de um poderoso ator capaz de desafiar a posição dominante dos EUA e, como consequência, criar condições que afetassem significativamente os (ou alguns) dos objetivos centrais da política (e estratégia) norte-americana.

Nas guerras mundiais esse ator poderia vir a ser uma Alemanha que dominasse a Europa e, portanto, dispusesse dos recursos, inteligência de atuação estratégica e vontade de pôr em xeque os norte-americanos. Na Guerra Fria, era a Rússia que agia como o sujeito impulsionador de uma situação idêntica.

Como acabámos de ver, no intervalo entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, assim como no dealbar da Segunda, tiveram lugar desenvolvimentos que poderiam ter dado origem a uma coligação da Alemanha com a Rússia que, eventualmente, melhor se aproximaria das condições necessárias para ultrapassar o poder norte-americano.

De tudo o que nos foi dado observar em termos históricos durante todo o século XX, é do interesse geopolítico dos EUA evitar que se constitua na Eurásia uma potência ou um eixo que os venha a desafiar, e o controlo do *Rimland*

européu para estar em condições de dominar o Atlântico Norte, tendo em vista repelir ameaças que o utilizem como eixo de aproximação ao seu território.

6. EFEITOS DA CRISE NA EUROPA

A crise financeira global que afetou o Ocidente e se alargou por todo o planeta traduziu-se na União Europeia, nomeadamente na sua Zona Euro, numa crise das dívidas soberanas que se abateu particularmente sobre os países periféricos e ameaça espalhar os seus efeitos pelos restantes Estados-membros em direção ao seu núcleo centrado na Alemanha.

Desenvolvimentos sucessivos, que mostram enormes divergências entre os países da União, foram gerando ondas de descontentamento nos países mais atingidos pelo modo como a crise está a ser enfrentada, e foram produzindo efeitos acrescentados, metamorfoseando a crise, que, tendo começado por ser financeira, rapidamente fez aparecer uma crise económica e desembocou numa crise social com sinais de crise de legitimidade política dos partidos, cada vez mais olhados pelos cidadãos como responsáveis pelos acontecimentos que estiveram na origem da crise e como incapazes de a resolverem – particularmente os que têm responsabilidades governamentais, mas também os da oposição, quando já as tiveram.

Esta situação tem vindo a acentuar a lógica intergovernamental em que a UE se estrutura em termos de poder político, fazendo sobressair os interesses nacionais, por vezes o egoísmo nacional, e remetendo para o esquecimento o cimento que muitos pensavam (erradamente) estar na sua “natureza” – a “famosa” e muito badalada *solidariedade*. Ficou bem claro que cada Estado age em função do que considera ser o seu interesse específico. Muitos países, sem liberdade de ação para melhorar a competitividade por intermédio da desvalorização monetária, como estavam habituados a fazer antes do Euro, não conseguiram corresponder às particularidades de uma moeda comum.

O Diretório, inicialmente constituído pelas poucas potências mais poderosas da União, ficou reduzido apenas a um país – a Alemanha –, especialmente para a Zona Euro. O Diretório germânico conduz isolado a solução da crise, agindo em função do seu interesse nacional. Enquanto a Alemanha estiver convencida

de que terá vantagens em salvar o euro, ele manter-se-á; se e quando chegar à conclusão oposta, rapidamente se descartará dele.

O estado da União passou a ser condicionado por se ter transformado numa relação entre os credores, receosos de não serem ressarcidos dos meios financeiros que emprestam e que olham os outros como preguiçosos que vivem à custa do trabalho dos outros; e os devedores, com dificuldade em aceitar um empobrecimento cuja razão lhes custa a entender, e que veem os outros como arrogantes, egoístas e presunçosos e como tendo enriquecido e continuamente à sua custa.

Estão a criar-se ressentimentos de parte a parte que dificilmente se esquecerão e que provocam profundas fraturas entre os países, que se anteveem como dificilmente recuperáveis. Os povos da maioria dos Estados da Zona Euro já não acreditam na existência de qualquer solidariedade e interrogam-se sobre se não é preferível procurar soluções fora da Zona do Euro e/ou da União. Alguns já começam a ver a moeda única como um colete de forças que os levará à pobreza.

Aumentam as probabilidades de surgirem graus acentuados de instabilidade no interior dos Estados-membros em dificuldades, acompanhadas de pulsões nacionalistas crescentes, apelos populistas e tendências extremistas, e aumentam os ressentimentos em relação aos países tidos como mais ricos, em especial a Alemanha (de que se recordam episódios negativos de épocas históricas passadas, algumas bem recentes – como o nazismo), e também em relação à própria EU, ela própria alvo de descrédito.

Pelo seu lado, os responsáveis políticos dos países mais pobres ou ameaçados de cair na pobreza, temendo a tragédia que seria a sua saída do euro neste momento, sentem-se obrigados a aceitar as posições impostas pelos credores, nomeadamente a Alemanha, na medida em que não vislumbram alternativas mais favoráveis.

Ou seja, estão em desenvolvimento elementos de insatisfação dos Estados que derivam de uma análise racional efetuada pelos respetivos dirigentes, elementos esses que são potencialmente desagregadores, como a consciência do egoísmo nacional; e elementos de irracionalidade dos povos, também potencialmente desagregadores, que poderão vir a ter expressão eleitoral ou desencadear atitudes não democráticas (o que será bem mais grave), motivados por exemplo pelo desemprego crescente das classes médias, como aconteceu depois da crise dos anos 30 do século passado.

Se não forem levadas a efeito políticas que promovam o crescimento económico e reduzam as taxas de desemprego, para o que aumentam as dificuldades na medida em que a situação de crise começa a atingir países do núcleo europeu, como a Holanda, e estes sentem mais dificuldade em emprestar dinheiro aos países periféricos (pois veem-se obrigados a reduzir atividades de desenvolvimento e bem-estar nas suas próprias economias), se aquele caminho não for decididamente empreendido, a expansão crescente do nacionalismo não conseguirá ser amortecida pelo regresso do desenvolvimento económico e do bem-estar, havendo o risco das tendências desagregadoras prevalecerem sobre os progressos agregadores na União Europeia.

Se as tendências desagregadoras prevalecerem sobre os processos agregadores, pelo facto de os países mais ricos se recusarem a “suportar o custo do regresso a uma situação política e económico-financeira normalizada através de sucessivos empréstimos, por correrem o risco de não serem inteiramente reembolsados” e insistirem em obrigar os países mais pobres a pagá-los com medidas sucessivas de austeridade, nesta situação poderão aprofundar-se as fraturas entre os Estados do Norte (mais ricos) e os da periferia (mais pobres).

Neste caso, a situação poderá complicar-se no interior dos Estados da periferia (o que mais alargará o fosso com os do Norte), se não houver uma partilha equilibrada dos sacrifícios entre as classes média e baixa, de um lado, e as elites económico-financeiras, do outro.

Até agora, os indícios parecem manter-se pouco animadores para os países periféricos, a julgar pelas intransigentes posições alemãs no contexto das negociações sobre a União Bancária.

7. POSICIONAMENTOS EUROPEUS

A exemplo de situações idênticas ocorridas no passado, como já vimos, a Alemanha e a Rússia têm emitido sinais com certa consistência no sentido de os dois países se procurarem apoiar mutuamente. É normal a tomada de posições comuns em aspetos candentes de importantes desenvolvimentos internacionais, como: 1) Moscovo está interessada em continuar a vender energia a Berlim e a conseguir obter dela apoios para reconstruir o seu sistema industrial obsoleto, e

a Alemanha decidiu estabelecer o seu abastecimento energético a partir da Rússia; 2) ambos adotaram a mesma postura quanto às ações a desenvolver para garantir a zona de exclusão aérea na Líbia durante a chamada “primavera árabe” que aí teve lugar; 3) a Alemanha tem-se vindo a opor sistematicamente à definição de uma estratégia energética para a União Europeia; 4) Berlim levou a cabo importantes diligências no sentido de amenizar os problemas que advieram da guerra da Rússia com a Geórgia. Registe-se que os acontecimentos na Ucrânia a propósito da sua opção pró-russa não deixaram indiferente a diplomacia de Berlim, mas provavelmente foi entendido que, na presente situação, é mais vantajoso manter a aproximação a Moscovo do que empenhar-se no controlo da Ucrânia.

Esta aproximação pode vir a ser reforçada como consequência das críticas dos EUA à política económica alemã, que, segundo eles, podem afetar a economia europeia, e, portanto, a economia mundial, e ainda das escutas que a agência de informações norte-americana, a NSA, fez à chanceler alemã, reveladas por Snowden.

No Reino Unido aprofunda-se o antieuropeísmo e já foi anunciado um referendo sobre a continuação do país na União Europeia, com o Partido da Independência (UKIP) a conseguir o apoio crescente do eleitorado.

Nos países nórdicos que pertencem à União (Suécia, Finlândia e Dinamarca), as posições nacionalistas e antieuropeias estão em crescendo.

É bem conhecida a insegurança dos países da Europa do Centro/Leste, com expressão para a Polónia e, de certo modo, para os países bálticos, em relação à Alemanha e à Rússia, o que explica as suas tentativas de envolvimento especial com os EUA em termos de segurança.

Os Estados europeus do Norte têm interesses próprios, mais de cariz continental, bem distintos dos da Europa do Sul, e tendem a negociar com a Rússia, de onde lhes provém a energia. Registe-se que a zona tradicional de influência alemã tem sido o Leste e Sudeste europeu.

Os Estados europeus do Sul da Europa têm os seus interesses mais focados no Mediterrâneo e preocupam-se com a situação que lhes é próxima – do Norte de África, de onde recebem grande parte da energia de que precisam e de onde podem ser objeto de ameaças terroristas e de atos que os privem de abastecimentos energéticos; e do Médio Oriente, que se transformou num barril de pólvora pronto a explodir, de onde podem surgir ameaças de grande dimensão.

Os EUA exercem importante poder de atração sobre o arco marítimo europeu, particularmente por razões estratégicas: Noruega, Holanda e Dinamarca e, até certo ponto, os países bálticos, Reino Unido, Portugal e Espanha, França, Itália, Grécia e Turquia. É conhecida a relação especial do Reino Unido com os EUA e a importância que Portugal, Espanha e os restantes países mediterrânicos dão à sua ligação com os norte-americanos.

A posição da Holanda repercute a posição francesa reforçada com a presidência de François Hollande. Questionando Bruxelas sob a sua autoridade para impor as políticas dos Estados-membros, o presidente francês afirmou, em Maio passado, que a UE não pode ditar a política francesa.

A França encontra-se numa encruzilhada: por um lado, deseja uma relação próxima com o Reino Unido (como demonstra o acordo militar específico que os liga), pois teme o poder alemão e não deseja ser por ele dirigido numa ZE cujos membros sujeitem os orçamentos à vistoria do diretório imperial germânico; mas, por outro lado, encontra-se a braços com uma séria crise, como confirmam a dívida de cerca de 95% do PIB que já a aflige e o seu *rating* em queda.

A questão central reside no facto de a França ser o país-chave para a sobrevivência da UE, pelo que terá um papel muito significativo na sua evolução. Desfazendo-se o tão famoso eixo franco-alemão, esboroar-se-ia a União Europeia.

A este propósito, registre-se:

- 1) Por um lado, a circunstância de a Frente Nacional (partido da extrema direita francesa) estar a aumentar o seu peso político e a perfilar-se como o maior partido francês. Este partido tem uma posição fortemente antieuropeísta e contra o euro, moeda que considera ser o espartilho que impede o desenvolvimento da França e a sua afirmação como grande potência europeia.
- 2) Por outro lado, o mais recente inquérito da Pew Research mostra que o sentimento anti-UE dos franceses se encontra em crescendo, já que apenas 41% a defendem, para o que certamente muito contribuiu a Frente Nacional; ao mesmo tempo, participantes da elite pró-Europeia começam a apresentar opiniões surpreendentes, como é o caso de François Heisbourg, da Fundação para a Pesquisa Estratégica, quando publicou um estudo intitulado *O Fim do Sonho Europeu*, no qual afirma que “o euro não poderá

sobreviver a um grau de integração que é politicamente irrealista, e o remédio é o desmantelamento da moeda única para reconstruir a União Europeia com alicerces sólidos”.

Ou seja, o aprofundamento da Zona Euro que, aparentemente, se encontra em marcha, tem por si só um grande potencial de fragmentação deste grupo de países com os restantes membros da União Europeia (há pouco mais de uma semana, o ministro das Finanças do Reino Unido afirmava que não haverá futuro para o UK dentro da UE se o caminho de mais integração marginalizar os países que ficaram de fora); acima de tudo, gera condições para a sua própria desintegração se não for invertido a tempo o modo como está a ser feito.

8. A CRISE DAS DÍVIDAS SOBERANAS

Todas estas atrações e repulsões poderão vir a ser potenciadas pelas fraturas acentuadas, pelo modo como a crise das dívidas soberanas está a ser encarada e resolvida, com os ressentimentos e as opções racionais já atrás referidas que, entretanto, se abriram. O que poderá vir a criar soluções políticas que se traduzam em novos realinhamentos geopolíticos diferentes do atual.

No essencial, o que poderá provocar estes realinhamentos centra-se, em primeiro lugar, nos resultados percecionados pelos povos e pelos dirigentes políticos relativos ao que prevalece entre, por um lado, a austeridade e respetivos efeitos negativos sobre a população – desemprego, pobreza, desilusão acerca das vantagens de pertencer à UE e à ZE, insatisfação, desespero, ódio e revolta; e por outro lado, o crescimento económico, aumento do emprego, melhoria do bem-estar e confirmação das vantagens de pertencer à UE e à ZE.

Em segundo lugar, nas convicções que se forem formando e consolidando sobre a reduzida liberdade de ação com que certos Estados-membros da UE e/ou da ZE ficarão depois de se comprometerem com os tratados e com os novos arranjos surgidos em plena crise com o fito de a resolverem. É fundamental que esta questão, afinal a questão da soberania e da independência nacional, tal como cada Estado as interpreta na atualidade, seja ponderada e resolvida com os mecanismos maiores que caracterizam a democracia – o recurso ao voto

popular – para que não surjam tentações de avançar para métodos violentos de contestação.

Um fator capaz de impulsionar estes processos de transformação é a constituição da recente aliança de vários partidos nacionalistas, e a possibilidade de virem a surgir nos países onde não existem (como em Espanha e Portugal), de que se destacam a Frente Nacional francesa, o Partido da Liberdade austríaco, além dos partidos nacionalistas da Bélgica, da Suécia e da Holanda, todos defensores de políticas anti-imigração e eurocéticos. Embora não se organizem operacionalmente em conjunto, uma vez que têm como única bandeira a defesa do interesse nacional (o que os conduz muitas vezes ao chauvinismo, quando não ao populismo e ao caudilhismo), poderão unir-se no Parlamento europeu e provocar a paralisia de decisões importantes para a União Europeia, o que terá certamente o apoio de muitos outros partidos antieuropeus, nomeadamente do britânico – Partido da Independência (UKIP), bem como do Movimento Cinco Estrelas italiano, embora por motivos distintos.

9. PORTUGAL E O QUADRO GEOPOLÍTICO EUROPEU

Podemos considerar três cenários futuros possíveis, do ponto de vista do interesse nacional português, quanto à evolução do quadro geopolítico europeu: 1) o mais desejável, porquanto conseguiria responder mais adequadamente ao que precisamos para alcançar os objetivos que esse interesse prossegue; 2) o menos desejável, pois colocaria em causa os nossos principais objetivos, tanto no domínio da segurança como do bem-estar; 3) e um cenário intermédio que nos criaria dificuldades à prossecução plena dos objetivos nacionais, mas seria suscetível de ser ultrapassado pela salvaguarda do essencial.

Nas condições de grande incerteza quanto ao futuro que vivemos, o primeiro cenário (o mais desejável) para a evolução do quadro geopolítico europeu atual seria a manutenção e reforço dos aspetos positivos que os europeus desejam e em que se encontram a trabalhar: uma NATO poderosa com esforços partilhados proporcionalmente às respetivas capacidades, complementada pela implementação do tratado de comércio dos EUA com a União Europeia; uma UE que crie prosperidade e contribua para a estabilidade no continente, particularmente na

Zona Euro (ZE); e uma CPLP capaz de aprofundar essencialmente os objetivos que a justificam, enunciados no seu ato fundador, sem se imiscuir nos problemas estratégicos próprios de cada um dos seus Estados-membros.

Se as coisas se complicarem, com as tensões a aprofundarem as fraturas ainda em formação e com alguns Estados (e respetivos povos) a adotarem soluções alternativas às situações que veem como injustas mas que foram obrigados a aceitar por não terem outras opções, mesmo que seja só depois de se terem sujeitado a elas, poderão surgir novas geometrias que resultem da desagregação de algumas das atuais, em função das dinâmicas já atrás enunciadas.

Neste segundo cenário, poderemos confrontar-nos com o caso extremo da desintegração da atual ZE seguida do desmantelamento da UE, a que, muito provavelmente, a atual NATO não conseguiria resistir. Poderá resultar da progressiva tomada de consciência do Sul europeu, eventualmente suscitada por sobressaltos de violência no interior dos países que o compõem, de que não poderá continuar submetido ao Norte (leia-se Alemanha), ou mesmo do Norte da Europa que, apesar de retirar vantagens de um imenso Sul que compra os seus produtos e lhe põe à disposição um “exército” de mão-de-obra barata, entende não dever continuar a pagar o seu putativo “desgoverno ou mau governo”; ou poderá surgir como consequência de um acontecimento político relevante interno em algum dos maiores países da União (Alemanha, França, Itália, Espanha, por exemplo), a partir do qual, por efeito de cascata, tudo entra em desmoronamento. Atualmente, a França parece configurar-se como o país europeu cuja situação política interna revela maior probabilidade de se tornar no detonador de um movimento desta natureza, dado o sentido da evolução do posicionamento político dos franceses, com a direita nacionalista a apresentar-se com hipóteses de vencer futuras eleições legislativas ou, pelo menos, ficar bem colocada, conforme já referimos.

Nesta situação, poderia regressar o eixo Germano-Russo à volta destes dois colossos, que agregariam as suas zonas de influência histórica, já que, a despeito do apoio financeiro das fundações dos vários partidos alemães ao recente levantamento contra Viktor Yanukovich, presidente da Ucrânia – o que se insere na disputa tradicional russo-germânico pelo controlo da Ucrânia como eixo das invasões em ambos os sentidos –, apesar destes acontecimentos, não parece que a Alemanha deseje afetar as suas atuais ligações com a Rússia, das quais pode retirar enormes vantagens geopolíticas.

Com uma eventual separação entre a Alemanha e a França, o arco marítimo europeu, desde o Báltico ao Mar Negro poderia ser atraído pelos EUA, constituindo aquilo que se poderia designar por Nova NATO, a que continuariam a pertencer alguns estados da Europa Central que temem a Rússia e a Alemanha.

Finalmente, o terceiro cenário (cenário intermédio), seria resultante da manutenção da UE, com três sub-cenários:

- 1) No sub-cenário 1, a ZE desapareceria, a NATO mantém-se e a UE deixaria de ter a Zona Euro.
- 2) No sub-cenário 2, a ZE dividir-se-ia entre uma área Norte da ZEE (núcleo fundador da CEE (Comunidade Económica Europeia), sem a França nem a Itália, e mais a Áustria, e uma área sobrança da ZEE, liderada pela França, cada uma com a sua moeda comum. Neste cenário a NATO e a EU mantêm-se, e a ZE divide-se em duas áreas, a Norte, constituída pelo núcleo fundador, com excepção da França e da Itália, e com a Áustria; e a área Sul, composta pelos restantes países.
- 3) No sub-cenário 3, a ZE ficaria reduzida ao núcleo fundador da CEE, sem a França nem a Itália, mais a Áustria. A NATO e a UE manter-se-iam, com a ZE reduzida ao núcleo fundador menos a França e a Itália e com a Áustria.

Com expressão gráfica muito bem elaborada, é muito curioso observar o mapa da Europa redesenhado pela *Economist*.¹ É interessante terminar esta apresentação com uma animação que o *Economist* fez, em que se explica por que razão se chega a esta reconfiguração. Agora, vejam e ouçam o modo humorista como a *Economist* justifica este novo mapa: <http://www.economist.com/blogs/graphicdetail/2012/05/fantasy-cartography>.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 23 DE JANEIRO DE 2014)

¹ <http://www.economist.com/node/16003661>

Mapa 1

